

# A SECA NO NORDESTE E A BANCADA RURALISTA DO CEARÁ (LEGISLATURA 2011-2014)

*Regina Bruno<sup>1</sup>*

## **RESUMO**

O artigo trata da relação existente entre seca e cultura política e tem como objetivo analisar o discurso e a ação dos parlamentares ruralistas do Ceará, na legislatura 2011-2014, em momentos de seca no Nordeste. A autora parte da premissa de que o fenômeno da seca, enquanto mecanismo de reprodução política dos parlamentares, aciona a cultura do favor, a execução de programas baseados somente em medidas emergenciais e a ideia de sofrimento e de castigo, impedindo, assim, a busca de alternativas e a implementação de políticas que fujam às regras instituídas por uma cultura política arcaica e conservadora.

## **Palavras-chave**

Seca, bancada ruralista, reprodução política, cultura do favor

## **ABSTRACT**

The article approaches the relationship between drought and political culture and aims to analyse the discourse and action of ruralists congressmen from Ceará in the 2011-2014 term during drought periods in the Brazilian northeast. The author uses the premise that the drought phenomenon, as a congressmen political reproduction mechanism, enhances a culture of favor, programs based only based in emergency measures and in the idea of suffering and punishment, then forbidding the search of alternatives and the implementation of policies that run from the rules made by an archaic and conservative political culture.

---

<sup>1</sup>Professora do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA-UFRRJ). [Regina\\_bruno@yahoo.com.br](mailto:Regina_bruno@yahoo.com.br). O texto teve como referência empírica a pesquisa coordenada pela autora “*Representação de interesses patronais rurais e região: os parlamentares cearenses da bancada ruralista (legislatura 2011-2015)*”, realizada com apoio da Bolsa de Pesquisador Visitante- PBV da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico- FUNCAP (2012-2013)/Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará.

## 1- INTRODUÇÃO

A organização de parlamentares em frentes suprapartidárias é um processo de institucionalização de interesses a partir do qual indivíduos e grupos procuram manter ou melhorar sua posição na estrutura social, conservar ou ampliar seus diferenciais de poder e suas condições de reprodução.

A Frente Parlamentar da Agricultura (FPA), mais conhecida como bancada ruralista, é uma das expressões desse processo. Herdeira da União Democrática Ruralista (UDR)<sup>2</sup>, este grupo despontou como reação às mobilizações pela democratização da propriedade numa conjuntura de debate da Constituinte, na década de 1980. Considerada por muitos uma das principais forças política suprapartidárias do Congresso Nacional, a bancada agrega prioritária, mas não exclusivamente, grandes proprietários de terra, empresários do agronegócio e seus representantes.

São inúmeros os trabalhos que tratam da problemática da seca no Nordeste e suas implicações sociais, econômicas e políticas. O objetivo deste artigo é refletir sobre a atuação dos parlamentares ruralistas do Ceará (Legislatura 2011-2014) diante da seca na região<sup>3</sup>. Este fenômeno climático é um dos principais fatores de reprodução política e da condição de parlamentar no Nordeste. Senadores, deputados, vereadores, prefeitos e governadores dos estados que compõem a região são pessoas historicamente formadas e conformadas em meio a debates e políticas sobre como lidar com a seca e tendem a pensar a região, seus problemas, necessidades e demandas como garantia de sua condição de parlamentar.

Como veremos, a seca, enquanto mecanismo de reprodução política dos parlamentares da bancada ruralista, aciona e reforça a cultura do favor, a execução de programas baseados somente em medidas emergenciais e na ideia de castigo e sofrimento do povo nordestino. Esta prática dificulta a implementação de políticas que rompam com o discurso hegemônico e as regras instituídas por uma cultura política arcaica e conservadora, fundada no patrimonialismo, no compadrio e no poder oligárquico garantidor do *status quo*.

Com esse artigo espero contribuir para o debate sobre planejamento e gestão dos recursos hídricos no Brasil.

## 2- Seca, pobreza e atraso

---

<sup>2</sup>Movimento patronal rural que despontou em meados dos anos de 1980 em reação ao I Plano Nacional de Reforma Agrária (IPNRA) do governo Sarney e às ocupações de terra.

<sup>3</sup>Bancada Ruralista do estado do Ceará (Legislatura 2011-2015): Aníbal Gomes (PMDB), Eunício Oliveira (PMDB) (2011-2019), Genecias Mateus (PMDB), José Arnon Bezerra (PTB), José Linhares Ponte (PP), Mauro Benevides (PMDB), Raimundo Antonio Macedo (PMDB), Raimundo Gomes de Matos (PSDB), Vicente Ferreira de Arruda Coelho (PR). Fonte: <http://www.inesc.org.br>

O discurso dominante dos parlamentares ruralistas sobre a seca é quase todo conformado e informado por valores da tradição: parte do suposto de que a população deve aprender a conviver com adversidade; ressalta o sofrimento e o sacrifício do nordestino; evoca a benevolência; agradece as medidas governamentais em apoio à população atingida pela seca e, eventualmente, chama a atenção para a insuficiência de medidas públicas, além de eventualmente propor políticas consideradas estruturantes.

A fala parlamentar é predominantemente estruturada com base em palavras, argumentos e valores que nos remetem às ideias de “tristeza”, “maltrato”, “perda” e “emoção” diante de um quadro tão desolador. “É triste de ver”; “a seca maltrata”; as “perdas na agricultura” são frases recorrentes nos discursos da bancada ruralista analisada. As falas constantemente invocam a demanda por “ajuda” e “socorro” ao tão “querido Ceará”. Ressaltam a repetição histórica da seca, “infeliz situação que se repete há muitos anos, como todos sabem” (“mais uma vez a seca atinge imensas regiões do Nordeste e principalmente o Ceará”).

A maioria reconhece o apoio e o estímulo dos governos, estadual e federal, e faz questão de registrar tal reconhecimento a cada declaração e discurso no Congresso Nacional e em outros espaços políticos importantes.

No Ceará, e muito provavelmente nos demais estados do Nordeste, o trio “seca-pobreza-atraso”, típico do discurso ruralista, apresenta-se indissociavelmente ligado a uma dimensão que alimenta e justifica a si mesma enquanto é seus elementos se realimentam e legitimam.

Haveria ainda, segundo esses parlamentares, uma recorrência “natural” entre ser nordestino e chamar a atenção para a seca. “A seca e seus desdobramentos fazem parte da identidade do cidadão do Nordeste”, diz José Linhares (PP-CE)<sup>4</sup>.

Se por acaso criticam as medidas governamentais, antes de tudo fazem questão de ressaltar que é uma crítica “construtiva”, cujo objetivo é melhorar as políticas públicas. Criticam, em primeiro lugar, a falta de integração entre as instituições públicas criadas para o combate à seca (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste-Sudene; Departamento Nacional de Obras Contra a Seca- Dnocs; Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco- Codevasf; Agência de Desenvolvimento do Nordeste- Adene), a precariedade de funcionamento e a sobreposição de objetivos, que se confundem. O problema não seria a falta de instituições, argumenta Arnon Bezerra (PTB-CE), para quem

os órgãos se proliferam sem uma política integrada e funcionam precariamente. Enquanto seus objetivos se confundem e se sobrepõem, os problemas da seca continuam. Além desses órgãos, há um banco estatal, o Banco do Nordeste do Brasil- BNB, e outros quatro ou cinco fundos de fomento, entre eles o Fundo Nacional de Desenvolvimento do Nordeste - FNDE, o

---

<sup>4</sup><http://www.camara.gov.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=3&>

Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo de Cooperação Público/Privada para Promoção da Inovação e do Fundo de Parceria, vinculado à Adene.<sup>5</sup>

Arnon Bezerra (PTB-CE) também chama a atenção para a disputa de poder em certas regiões do Nordeste e para a briga entre governadores, prefeitos e parlamentares “por cargos e indicações” como um dos fatores para a pouca penetração e a não efetivação das medidas tomadas pelos órgãos governamentais, pois essas atitudes dispersam esforços e acabam desviando o foco do problema.<sup>6</sup>

Eunício Oliveira (PMDB-CE) é um dos poucos parlamentares ruralistas que defendem soluções estruturantes e permanentes e não “paliativos, como os chamados carros-pipa, que ainda hoje vemos cortar os sertões nordestinos”. Para o deputado, “ninguém está fadado a morrer de fome e de sede porque chove quase nada durante todo o tempo”<sup>7</sup>.

Oliveira elege como soluções estruturantes, “porque conduz à emancipação econômica e social do povo nordestino”, a construção da Ferrovia Transnordestina, a transposição do rio São Francisco, os novos critérios de distribuição de royalties do petróleo pelos quais todos os estados brasileiros(...)serão beneficiados financeiramente e a abolição do caminhão-pipa.<sup>8</sup>

“A transposição do rio São Francisco é uma das principais soluções, apesar dos problemas e da polêmica que suscita. É mais um fator de esperança para o sertão, desde que realizada com cuidado. É uma dádiva de Deus para o Brasil”<sup>9</sup>, declara, por sua vez, Arnon Bezerra (PTB-CE). Entretanto, ele reivindica mais informações.

Para a grande maioria dos parlamentares ruralistas, contudo, não fossem as políticas de compensação por perdas de estiagem, como o garantia safra ou seguro safra, operação carro-pipa, etc, a situação seria ainda mais grave.

### **3- Seca e fortalecimento de laços políticos**

O tempo da seca também fortalece uma extensa e diversificada rede de relações que reúne parlamentares, sociedade política e sociedade civil. Ele dá mais visibilidade aos parlamentares tanto no Congresso Nacional como no estado e nas regiões de sua base eleitoral, além de ser o momento de maior proximidade com o alto escalão do Executivo federal (ministérios e Presidência) e favorecer a demanda por mais recursos e servir como justificativa para prorrogar a dívida agrária, dentre outros aspectos.

---

<sup>5</sup>Câmara dos Deputados- DETAQ sessão 296.1.53 Arnon Bezerra, 23.10.2007.<http://www.camara.gov.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?>

<sup>6</sup>Câmara dos Deputados- DETAQ sessão 296.1.53 Arnon Bezerra, 23.10.2007.<http://www.camara.gov.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?>

<sup>7</sup><http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2012/11/29/eunicio-oliveira-cobra-solucao-permanente-para-enfrentamento-da-seca>

<sup>8</sup><http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2012/11/29/eunicio-oliveira-cobra-solucao-permanente-para-enfrentamento-da-seca>

<sup>9</sup>Câmara dos Deputados - DETAQ sessão 296.1.53 Arnon Bezerra, 23.10.2007.<http://www.camara.gov.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?>

A atuação parlamentar no Congresso Nacional durante períodos de seca concentra discursos sobre o tema e a intensa participação em subcomissões especiais instituídas para acompanhar e fiscalizar os recursos federais aplicados no combate ao fenômeno climático (Subseca). As subcomissões são lugar, por excelência, para tratar de assuntos sobre projetos públicos federais de irrigação, seca, políticas de crédito, cultivares, genomas, etc.

**Tabela 1–Participação dos parlamentares ruralistas em Comissões Especiais  
CE - Legislação 2011-2014)**

Parlamentares	Comissões Especiais
<b>Aníbal Gomes-PMDB</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Bacias Hidrográficas Semi-Árido;</li> <li>• PL nº 1.673/96, Doação de Açudes pelo DNOCS</li> </ul>
<b>José Linhares-PP</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PL nº 1.673/96, Doação de Açudes pelo DNOCS</li> <li>• PL nº 5.484/01, Genoma</li> <li>• Seca no Nordeste e Atendimento às Populações Atingidas</li> <li>• Viabilização dos Projetos Públicos Federais de Irrigação e Recursos Hídricos</li> </ul>
<b>Mauro Benevides-PMDB</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PEC nº 254/00, Recursos Destinados aIrrigação</li> <li>• PLP nº 76/03, SUDENE</li> </ul>
<b>Raimundo G. Matos-PSDB</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PL nº 1.673/96, Doação de Açudes pelo DNOCS</li> </ul>
<b>Vicente Arruda Ferreira-PR</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PEC nº 524/02, Revitalização Bacia do São Francisco</li> <li>• PL nº 1.673/96, Doação de Açudes pelo DNOCS</li> </ul>
<b>Eunício Oliveira-PMDB</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• MP nº 1756-11 programa especial de financiamento para combate aos efeitos da estiagem na área de atuação da SUDENE</li> </ul>
<b>Arnon Bezerra -PTB</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Viabilização dos Projetos Públicos Federais de Irrigação e Recursos Hídricos</li> </ul>

Fonte- <http://www.camara.gov.br>

Como atividades, destacam-se a visita a obras, cobranças de explicações diante de atrasos na execução de ações (como a transposição do rio São Francisco), solicitações de presença de representantes de instituições bancárias em audiências públicas para discutir questões relacionadas ao endividamento dos agricultores das regiões afetadas pela estiagem e acompanhamento dos recursos encaminhados aos estados atingidos pela seca.

No campo da política estadual, temos a participação em comitês coordenados pelos governadores para mobilizar representantes do governo estadual, das prefeituras e dos movimentos organizados da sociedade civil para debater e procurar soluções para o problema.

A política de combate à seca particularmente para o fortalecimento de laços com políticos e com as prefeituras locais igualmente os fortalece. É quando se intensificam as visitas aos municípios afetados e àqueles que compõem a base eleitoral dos parlamentares. É também quando se multiplicam demandas e apoios, estreitam-se os laços já existentes e se criam de novo entre os políticos locais e os parlamentares ruralistas representantes do estado no Congresso Nacional, algumas vezes para além das divergências e das cores partidárias.

O tempo da seca também possibilita a presença, no estado, de representantes do primeiro escalão do governo federal, fato anunciado pelos parlamentares ruralistas do Ceará em todas as instâncias políticas, desde as seções no Congresso Nacional até a base eleitoral. Diz Arnon Bezerra (PTB-CE):

quero registrar a ida da Presidenta Dilma, ontem, ao Estado do Ceará, onde anunciou medidas que fazem com que o nordestino, com a seca inteira que vem sofrendo, a maior seca de toda a história... Não fossem os carros-pipa, toda a infraestrutura, o Bolsa-Família, os meios de transporte, meios de comunicação, enfim, sem dúvida nenhuma, a população hoje estaria sofrendo tanto quanto os animais. Portanto, quero agradecer à presidenta Dilma e reconhecer o grande trabalho que ela faz à frente da Presidência da República. Muito obrigado<sup>10</sup>.

Em tempos de seca, deputados ruralistas e parlamentares tanto do estado como da região se unem mais facilmente em torno de demandas em comum de “combate à estiagem” e de apoio à população atingida. Juntos reivindicam a liberação de recursos para a perfuração de poços, a construção de cisternas, o fortalecimento do sistema de abastecimento d’água, a construção e melhoria de barragens, a construção de adutoras e de açudes, a recuperação de poços, etc.

Juntos se posicionam contra a transferência da sede do DNOCS para Brasília<sup>11</sup>, reivindicaram perdão e/ou renegociação das dívidas dos produtores rurais das regiões afetadas e a garantia de verba para compra de ração. Também chamaram a atenção para a necessidade de distribuição de milho para alimentar o gado. Ainda demandaram garantia de abastecimento de água para as cidades que decretaram estado de emergência.

#### **4- Pela prorrogação e perdão da dívida agrícola**

---

<sup>10</sup>Notas Taquigráficas. Câmara dos Deputados- DETAQ. Sessão 053.3.54. Orador Arnon Bezerra. 03042013.<http://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?>

<sup>11</sup>“Bancada volta a discutir seca e quer fortalecer DNOCS (100413)  
<http://www.cearaagora.com.br/noticias/politica/bancada-volta-a-discutir-seca-e-quer-fortalecer-dnocs>

Os recursos financeiros transformam-se em principal pleito e em objeto de negociação entre governo federal, parlamentares, presidência da República, instituições bancárias, representantes do Estado e outras instâncias da sociedade.

A estiagem do Nordeste e as condições climáticas desfavoráveis são argumentos recorrentemente acionados pelo conjunto dos parlamentares ruralistas do Ceará como justificadores da necessidade de prorrogação das dívidas agrícolas para si e para o conjunto da população do campo. Aglutina e conta com o apoio de várias entidades e instâncias de representação da sociedade civil, além de contar com a adesão de integrantes da Bancada do Nordeste, da Bancada Ruralista como um todo no Congresso.

São inúmeras e diversificadas as Medidas Provisórias instituídas que tratam do crédito, seja para produtores rurais de municípios em situação de emergência ou de calamidade, seja sobre a liberação de crédito extraordinário para atender as populações atingidas. Há ainda MPs que autorizam o Executivo a criar linhas de crédito com recursos de Fundos Constitucionais para beneficiar os setores rural, industrial, comercial e de serviços em áreas atingidas por enchentes ou que permitem ampliar o Auxílio Emergencial Financeiro destinado àqueles que não possuem seguro safra. É também quando mais se aproximam os parlamentares ruralistas e as entidades de representação de classe.

Neste momento, juntamente com a demanda por mais recursos e prorrogação ou perdão da dívida, as falas sobre sofrimento, necessidade de proteção e implementação de medidas emergenciais são acionadas e legitimadas por todos:

espero que (...) a presidente Dilma possa anunciar o perdão das dívidas bancárias dos micro e pequenos produtores rurais, que são aqueles que perderam praticamente tudo o que tinham com a seca e se encontram na mais angustiante das situações, à margem de qualquer rede de proteção, sem seguro-safra, sem bolsa-estiagem<sup>12</sup>, sem Pronaf, a maioria, sem condições de se manter no campo (...). Precisamos estar preparados para ajudar na retomada das atividades produtivas desses milhões de nordestinos que hoje apenas conseguem o mínimo para sobreviver<sup>13</sup>.

Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE), juntamente com Luiz Carlos Heinze (PP-RS), um dos principais líderes ruralista no Congresso Nacional, requereram a realização de uma audiência pública para debater a renegociação das dívidas dos produtores rurais atingidos pela estiagem na região Nordeste e a necessidade de abertura de novas linhas de crédito para os pequenos agricultores. No requerimento solicitaram convites a representantes do Ministério da Fazenda, do

---

<sup>12</sup>O Bolsa Estiagem ou Auxílio Emergencial, benefício federal instituído pela Lei Nº 10. 954, de 29 de setembro de 2004 com o objetivo de assistir famílias de agricultores familiares com renda mensal média de até 2 (dois) salários mínimos, atingidas por desastres no Distrito Federal e nos municípios em estado de calamidade pública ou em situação de emergência reconhecidos pelo Governo Federal, mediante portaria do Ministro de Estado da Integração Nacional". <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia/programas-complementares/beneficiario/bolsa-estiagem>

<sup>13</sup>"Eunício pede a Dilma anulação da dívida"  
2013-06-28 <http://www.oestado.com.br/noticia/eunicio-pede-dilma-anulacao-das-dividas>



CAMARGO, Olson José de. *Elite política brasileira e a renegociação das dívidas do crédito rural: o caso da bancada ruralista* -Campinas, SP : [s. n.], 2009.Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas

COSTA, Liduina Faria Almeida. Revisitando a Questão Nordeste: representações de uma região-problema. *Políticas Públicas e Sociedade*, Fortaleza UECE, 2001 v.1, n.1 pp.83-97

MARTINS, José de Souza (1994). *O poder do atraso. Ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec.

OLIVEIRA, Chico de (1977). *Elegia para uma Re(li)gião. Sudene, Nordeste, Planejamento e conflito de classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

VIGNA, Edélcio (2001). “Bancada Ruralista, um grupo de interesse”. *Argumento*. Inesc-Brasília, nº 08, p 01-52, dez/2001

### **Portais eletrônicos**

[www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br); [www.cna.org.br](http://www.cna.org.br); [www.diap.org.br](http://www.diap.org.br); [www.inesc.org.br](http://www.inesc.org.br); [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)